



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR**

Ofício Circular nº 64/2023/CGJCE

Fortaleza, 02 de março de 2023.

Aos(As) Senhores(as) Magistrados(as)

Assunto: Da expedição do Provimento nº 02/2023/CGJCE e divulgação de material de orientação sobre o protocolo de autoinspeções junto ao PJeCOR.

Senhores(as) Juízes(as),

Cumprimentando-os cordialmente, venho cientificar a todos os(as) magistrados(as) acerca da expedição do Provimento nº 02/2023/CGJCE (DJe de 31/01/2023) por esta Casa Correicional, o qual alterou a redação dos artigos 65, 74 e 75, bem como o conteúdo dos Anexos III e XVIII do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02/2021/CGJCE), referente às inspeções judiciais anuais.

Cabe destacar que, o referido normativo estipulou nova forma de envio dos relatórios de autoinspeção a esta Corregedoria, determinando que sejam encaminhados, através de processo protocolado via sistema PJeCOR, nos termos descritos no art. 75, *caput*, da supramencionada Consolidação. Vejamos:

(...)

*Art. 75. Após o preenchimento da segunda parte do Formulário Eletrônico, nos termos do §1º, alínea b, do art. 74 desta norma, o magistrado competente deverá, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, encaminhar, através de processo protocolado no sistema Pje-COR - Classe: AUTOINSPEÇÃO (código 20000001), Assunto: FISCALIZAÇÃO (código 10015), Competência: CORREIÇÃO - ofício direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, comunicando que se desincumbiu do encargo, anexando os seguintes documentos:*

(...)

Ciente dos desafios encontrados pelos(as) magistrados(as) e servidores(as) frente ao novo sistema implantado no âmbito desta Corregedoria, e considerando a missão de orientação desta Casa, idealizou-se o **Projeto “Descomplicando o PJeCOR”**, que consiste na

publicização periódica de manuais/tutoriais, explanando de forma simples e objetiva as funcionalidades da referida plataforma.

Diante do exposto, em continuidade ao **Projeto “Descomplicando o PJeCOR”** e diante das recentes determinações emanadas desta Corregedoria, elaborou-se, com o objetivo de orientar magistrados(as) e servidores(as), o tutorial intitulado **“Protocolando uma Autoinspeção”**, demonstrando o passo a passo para o correto cadastro de procedimentos relativos às inspeções judiciais anuais, via sistema PJeCOR.

O material acima referido se encontra disponibilizado em vídeo e PDF e, poderá ser consultado através do link: <https://corregedoria.tjce.jus.br/pjecor/>.

Atenciosamente,

DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS
CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA



CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR

PROVIMENTO Nº 02/2023/CGJCE

Dispõe acerca da alteração da redação dos artigos 65, 74 e 75, bem como do conteúdo dos Anexos III e XVIII do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02/2021/CGJCE), referente às inspeções judiciais anuais.

O **DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO**, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a competência atribuída ao Corregedor-Geral da Justiça de editar atos normativos para orientar e fiscalizar os juízes de primeiro grau, juízes de paz e servidores, nos termos do art. 39 e 41, I e V, "a" da Lei Estadual nº 16.397, de 14 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 64 ao 76 do Provimento nº 02/2021/CGJCE (DJe 16/02/2021), que regulamenta os critérios e procedimentos a serem adotados pelos magistrados durante as inspeções judiciais anuais realizadas no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO que atualizações *normativas* fazem parte do processo regulatório e tendem a *aprimorar* a legislação já existente, de modo a garantir maior efetividade no seu cumprimento;

CONSIDERANDO as novas Metas Nacionais e as Diretrizes Estratégicas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a serem aplicadas pelas Corregedorias para o ano de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Renumerar o parágrafo único e acrescentar o §2º ao artigo 65 do Provimento nº 02/2021/CGJCE, *com a seguinte disposição:*

Art. 65. (...)

§1º Deve ser afixada uma cópia do ato inaugural no quadro de avisos do Fórum local.

§2º A data final da inspeção constante da Portaria regente não poderá ser posterior ao período de que trata o art. 64.

Art. 2º Alterar a redação das alíneas 'a' e 'b', do § 1º do artigo 74, bem como o *caput* do artigo 75 do Provimento nº 02/2021/CGJCE, *que passarão a vigorar com o seguinte teor:*

Art. 74. (...)

§1º (...)

a) Diagnóstico da Unidade (Parte I) - a coleta dos dados a serem inseridos no formulário deverá ser realizada ao tempo da inspeção, conforme período determinado na Portaria regente de que trata o art. 65;

b) Apuração dos Resultados (Parte II) - a coleta dos dados a serem inseridos no formulário deverá ser realizada 60 (sessenta) dias após o término dos trabalhos da inspeção.

§2º (...)

Art. 75. Após o preenchimento da segunda parte do Formulário Eletrônico, nos termos do §1º, alínea b, do art. 74 desta norma, o magistrado competente deverá, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, encaminhar, através de processo protocolado no sistema Pje-COR - Classe: AUTOINSPEÇÃO (código 20000001), Assunto: FISCALIZAÇÃO (código 10015), Competência: CORREIÇÃO - ofício direcionado ao Corregedor-Geral da Justiça, comunicando que se desincumbiu do encargo, anexando os seguintes documentos:

(...)

Art. 3º Alterar o conteúdo dos formulários eletrônicos referentes aos Relatórios de Inspeção Judicial Interna do Primeiro Grau e Turmas Recursais, constantes dos ANEXOS III e XVIII do Provimento nº 02/2021/CGJCE, os quais passarão a vigorar conforme os ANEXOS I e II deste normativo.

Art. 4º Este normativo entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, Fortaleza-CE, 27 de janeiro de 2023.

DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

ANEXO I – Provimento nº 02/2023/CGJCE

**ANEXO III - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO JUDICIAL INTERNA – PRIMEIRO GRAU
(Provimento nº 02/2021/CGJCE)**

ANO	
------------	--

DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
Comarca/Juízo:	
Unidade Judiciária:	
Competências:	

DA INSPEÇÃO	
Número da Portaria:	
Data de Publicação da Portaria:	
Data da Abertura da Inspeção	
Data de Encerramento da Inspeção:	
Observações:	

DO(A) MAGISTRADO(A)					
Nome:				Matrícula:	
Data do Exercício:	Tipo de Exercício:		() Titular () Auxiliar () Respondência		
Exercício Cumulativo?	Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?				
Sim ()	Não ()				
Tempo na Comarca: ____ ano(s) e ____ mês (es)					
Exerce a função de Diretor do Foro?	Sim ()	Não ()	Exerce atualmente a função de Juiz Eleitoral?	Sim ()	Não ()
O juiz exerce atividade de magistério?			() Sim () Não		
Caso o magistrado(a) exerça atividades de magistério, responder as questões abaixo:					
Instituição:					
Turno:	() Manhã () Tarde () Noite				



Dias:	<input type="checkbox"/> Segunda <input type="checkbox"/> Terça <input type="checkbox"/> Quarta <input type="checkbox"/> Quinta <input type="checkbox"/> Sexta <input type="checkbox"/> Sábado <input type="checkbox"/> Domingo					
Há outro Juiz na Vara?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Caso exista outro magistrado na unidade judicial, responder a seção abaixo:						
OUTRO (A) MAGISTRADO(A)						
Nome:					Matrícula:	
Data do Exercício:		Tipo de Exercício:		<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondência <input type="checkbox"/> Auxiliar <input type="checkbox"/> Auxiliar Exclusivo		
Exercício Cumulativo?		Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?				
Sim () Não ()						

DO (A) SUPERVISOR (A) DA UNIDADE JUDICIAL				
Nome:			Matrícula:	
Data de exercício:	Servidor Efetivo?		Sim ()	Não ()
Observações:				

DO (A) ASSISTENTE DE UNIDADE JUDICIAL				
Nome:			Matrícula:	
Data de exercício:	Servidor Efetivo?		Sim ()	Não ()
Observações:				

DO QUADRO DE PESSOAL				
Quantidade de Servidores Efetivos:		Lotação Paradigma da unidade:		
<input type="checkbox"/> Analista Judiciário <input type="checkbox"/> Técnico/ Auxiliar Judiciário <input type="checkbox"/> Oficial de Justiça <input type="checkbox"/> Outros				
Terceirizado	Sim ()	Não ()	Quantos?	
Servidor cedido	Sim ()	Não ()	Quantos?	
Indicar a esfera pública a que pertence o servidor cedido		Municipal ()	Estadual ()	Federal ()
Há convênio vigente com Órgão Público para cessão de servidores?			Sim ()	Não ()
Relacionar todos os servidores cedidos (caso possua):				
Nome:			Cargo:	

PARTE I - DIAGNÓSTICO

Data da extração dos dados:	
-----------------------------	--

DO ACERVO PROCESSUAL

1	Quantidade de processos em tramitação (Pendentes de Baixa):	
Observações:		

2	Quantidade de processos inspecionados:	
Observações:		



3	Quantidade de processos julgados no ano	
Observações:		

4	Quantidade de processos suspensos	
Observações:		

5	Quantidade de processos conclusos para Sentença	
Relacione os 10 (dez) processos mais antigos	Data da Conclusão	Assinale prazo razoável para julgamento

6	Quantidade de processos paralisados há mais de 100 (cem) dias:	
Observações:		

7	Quantidade de cartas precatórias, rogatória ou de ordem pendentes de cumprimento	
		Até 30 dias:
		Mais de 30 dias:

8	Quantidade de processos em tramitação de réus presos	
---	--	--

9	Relacione os 10 processos mais antigos da unidade	
Nº do processo:		Data da distribuição:

DAS AUDIÊNCIAS

Está sendo observado o disposto no Art. 201 do CPP e Resolução 154/2012/CNJ?	
Quantidade de processos aguardando designação de audiências	
Providências adotadas:	

DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

Relacione os 10 processos em que foi realizada a cobrança das custas finais conforme Portaria Conjunta nº 2076/2018.

DAS METAS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Taxa de Congestionamento	Percentual atingido	
Meta 01/CNJ	Percentual atingido	
Julgados/Casos Novos	Percentual atingido	
IAD	Percentual atingido	

METAS CNJ		Inaplicável
Meta 02/CNJ	Total de processos	()



Meta 03/CNJ	Percentual atingido		()
Meta 04/CNJ	Total de processos		()
Meta 05/CNJ	Percentual atingido		()
Meta 10/CNJ	Total de processos		()
Meta 11/CNJ	Total de processos		()

DA UNIDADE JUDICIAL

Há condições de Acessibilidade nos termos da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça?	Sim ()	Não ()
Há vigilância 24h presencial ou remota?	Sim ()	Não ()
Há bens móveis sem a devida identificação de patrimônio (número tombo)?	Sim ()	Não ()
Há bens inservíveis, assim considerados aqueles ociosos, obsoletos, antieconômicos ou irreuperáveis?	Sim ()	Não ()

DAS ARMAS E BENS RECOLHIDOS/APREENDIDOS

Há bens apreendidos com valor acima de 1 (um) salário-mínimo na unidade judiciária?	Sim ()	Não ()
Descrição dos veículos/motos	Número do processo	

DAS VIDEOCONFERÊNCIAS

Total de audiências realizadas por videoconferência nos últimos 12 meses? () Nenhuma	_____	Inaplicável ()
--	-------	--------------------

DO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO – SNA

Tem competência de infância e juventude?	Sim () Não ()
Encontram-se atualizados os cadastros junto ao SNA de todas as crianças e adolescentes acolhidos, em processo de adoção e adotados, conforme determinado na Resolução CNJ n. 289/2019?	Sim () Não ()
Encontram-se atualizadas as situações correspondentes às crianças ou aos adolescentes ativos na aba “andamento” do SNA?	Sim () Não ()

Quantidade de adoções <i>intuitu personae</i> à luz dos requisitos elencados no art. 50, §§ 13 e 14, da Lei n. 8.069/1990	
Nº do processo:	

DA ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ



Competências	Sistemas	Informação
Competência em Cível e Juizado Especial Cível	Cadastro Notas Técnicas (e-natjus) – Res. 107/2010	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência Criminal	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) – Res. 213/2015	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Nacional de Controle de Interceptações (SNCI) – Res. 207/2016)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Juizado Especial Criminal	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Infância e Juventude	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL_NOVO)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS) – Res. 326/2020	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Execuções Penais	Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP) – Res. 47/2007)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Mutirão Carcerário (SMC) – Lei nº 12106/2009	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Fazenda Pública	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Comum a todas as competências	Justiça Plena	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) – Resolução nº 483/2022	() Data da última informação prestada () Inaplicável

DAS MENSAGENS NO SISTEMA HERMES – MALOTE DIGITAL

Quantidade de documentos não lidos no Malote Digital da unidade judiciária?	
Motivo:	
Data da mensagem não lida mais antiga no Malote Digital da Unidade	___/___/___



judiciária	
Total de Malotes Digitais recebidos no ano corrente	

DO ACESSO DO MAGISTRADO NAS FERRAMENTAS ELETRÔNICAS

O Magistrado possui senha de acesso ativa para as seguintes ferramentas eletrônicas?	Sim	Não
Sistemas Hermes – Malote Digital		
Sistema de Automação Judicial Administrativo (SAJADM)		
Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD)		
Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD)		
Informações ao Judiciário (INFOJUD)		
Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios (SAPRE)		
Coletor Estatístico Pai Presente (CEPP)		
Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU)		
Sistema de Informações Eleitorais (SIEL)		
Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor (PÓLIS)		
Sistema de Controle de Selos Judiciais (SELOJUD)		
Sistema de Buscas de Juizados Especiais (SBJE)		
Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI)		
SerasaJUD		
Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB)		
Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRCJUD)		
Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB)		
Serviço de Informação e Automação Previdenciário (PREVJUD)		
Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER)		
Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC)		
Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS)		

PARTE II – APURAÇÃO DOS RESULTADOS

Responder as perguntas que se seguem 60 dias após o término dos trabalhos inspeccionais.

Data da extração dos dados:	
-----------------------------	--

DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Comarca/Juízo:	
Unidade Judiciária:	
Competências:	

DA INSPEÇÃO



Número da Portaria:	
Data de Publicação da Portaria:	

1	Quantidade de Processos Paralisados há mais de 100 dias	
2	Quantidade de Processos Concluídos para Sentença	
3	Quantidade de Processos Julgados no ano	
4	Quantidade de Processos com Réu Preso	

5	Relacione os 10 processos mais antigos da unidade	
	Nº do processo:	Data da distribuição:

6	Das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ
---	---

Taxa de Congestionamento	Percentual atingido	
Meta 01/CNJ	Percentual atingido	
Julgados/Casos Novos	Percentual atingido	
IAD	Percentual atingido	

METAS CNJ			Inaplicável
Meta 02/CNJ	Total de processos		()
Meta 03/CNJ	Percentual atingido		()
Meta 04/CNJ	Total de processos		()
Meta 05/CNJ	Percentual atingido		()
Meta 10/CNJ	Total de processos		()
Meta 11/CNJ	Total de processos		()

7	Quais as providências adotadas quanto a destinação dos bens apreendidos (Artigos 264 a 285 do Provimento nº 01/2020//CGJ/CE)	() Inaplicável
---	--	-----------------

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

--



ANEXO II – Provimento nº 02/2023/CGJCE

**ANEXO XVIII - RELATÓRIO DE INSPEÇÃO JUDICIAL INTERNA
TURMAS RECURSAIS
(Provimento nº 02/2021/CGJCE)**

ANO	
-----	--

DA UNIDADE JUDICIÁRIA	
Comarca:	
Órgão Julgador:	
Gabinete:	
Competências:	

DA INSPEÇÃO	
Número da Portaria:	
Data de Publicação da Portaria:	
Data da Abertura da Inspeção	
Data de Encerramento da Inspeção:	
Observações:	

DO(A) MAGISTRADO(A)					
Nome:				Matrícula:	
Data do Exercício:	Tipo de Exercício:		<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Auxiliar <input type="checkbox"/> Respondência		
Exercício Cumulativo?	Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?				
Sim ()	Não ()				
Tempo na Comarca: ____ ano(s) e ____ mês (es)					
Exerce a função de Diretor do Foro?	Sim ()	Não ()	Exerce atualmente a função de Juiz Eleitoral?	Sim ()	Não ()
Exerce a função de Presidente da Turma recursal?	Sim ()	Não ()	O juiz exerce atividade de magistério?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Caso o magistrado(a) exerça atividades de magistério, responder as questões abaixo:					
Instituição:					
Turno:	<input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite				
Dias:	<input type="checkbox"/> Segunda <input type="checkbox"/> Terça <input type="checkbox"/> Quarta <input type="checkbox"/> Quinta <input type="checkbox"/> Sexta <input type="checkbox"/> Sábado <input type="checkbox"/> Domingo				
Há outro Juiz na Vara?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não				
Caso exista outro magistrado na unidade judicial, responder a seção abaixo:					
OUTRO (A) MAGISTRADO(A)					
Nome:				Matrícula:	
Data do Exercício:	Tipo de Exercício:		<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondência <input type="checkbox"/> Auxiliar <input type="checkbox"/> Auxiliar Exclusivo		



Exercício Cumulativo?	Em caso afirmativo, quais as comarcas/varas em que possui exercício cumulativo?	
Sim ()	Não ()	

DO (A) ASSISTENTE DE UNIDADE JUDICIAL

Nome:	Matrícula:		
Data de exercício:		Servidor Efetivo?	Sim () Não ()
Observações:			

PARTE I – DIAGNÓSTICO (TURMAS RECURSAIS)

DO ACERVO PROCESSUAL

1	Quantidade de processos em tramitação (Pendente de Baixa):	
Observações:		

2	Quantidade de processos inspecionados:	
Observações:		

3	Quantidade de processos julgados no ano	
Observações:		

4	Quantidade de processos suspensos	
Observações:		

5	Quantidade de processos conclusos	
Relacione os 10 (dez) processos mais antigos	Data da Conclusão	Assinale prazo razoável para julgamento

6	Quantidade de processos paralisados há mais de 100 (cem) dias:	
----------	--	--

7	Quantidade de cartas precatórias, rogatória ou de ordem pendentes de cumprimento	
Até 30 dias:		
Mais de 30 dias:		

8	Quantidade de processos em tramitação de réus presos	
----------	--	--

9	Relacione os 10 processos mais antigos da unidade	
Nº do processo:		Data da distribuição:

DAS SESSÕES DE JULGAMENTO

10	Quantidade de processos aguardando designação de sessões de julgamento	
-----------	--	--



Providências adotadas:	
------------------------	--

DAS METAS ESTABELECIDAS

11	Das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ
-----------	---

Taxa de Congestionamento	Percentual atingido	
Meta 01/CNJ	Percentual atingido	
Julgados/Casos Novos	Percentual atingido	
IAD	Percentual atingido	

Meta 02/CNJ	Total de processos	
	Total de processos a serem julgados até dezembro para atingir a meta	

DA UNIDADE JUDICIAL

Há condições de Acessibilidade nos termos da Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça?	Sim ()	Não ()
Há vigilância 24h presencial ou remota?	Sim ()	Não ()
Há bens móveis sem a devida identificação de patrimônio (número tombo)?	Sim ()	Não ()
Há bens inservíveis, assim considerados aqueles ociosos, obsoletos, antieconômicos ou irrecuperáveis?	Sim ()	Não ()

DAS VIDEOCONFERÊNCIAS

Total de sessões realizadas por videoconferência nos últimos 12 meses? _____ () Nenhuma	Inaplicável ()
---	--------------------

DA ALIMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

Competências	Sistemas	Informação
Competência em Cível e Juizado Especial Cível	Cadastro Notas Técnicas (e-natjus) – Res. 107/2010	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência Criminal	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013	() Data da última informação prestada () Inaplicável



	Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) – Res. 213/2015	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Nacional de Controle de Interceptações (SNCI) – Res. 207/2016)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Juizado Especial Criminal	Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) – Res. 63/2008	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Infância e Juventude	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL_NOVO)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS) – Res. 326/2020	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Execuções Penais	Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP) – Res. 47/2007)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Mutirão Carcerário (SMC) – Lei nº 12106/2009	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Banco Nacional de Monitoramento de Prisão 2.0 (BNMP 2.0)	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Competência em Fazenda Pública	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade (CNCIAI) - Res. 172/2013	() Data da última informação prestada () Inaplicável
Comum a todas as competências	Justiça Plena	() Data da última informação prestada () Inaplicável
	Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB) – Resolução nº 483/2022	() Data da última informação prestada () Inaplicável

DAS MENSAGENS NO SISTEMA HERMES – MALOTE DIGITAL

Quantidade de documentos não lidos no Malote Digital da unidade judiciária?	
Data da mensagem mais antiga no Malote Digital da Unidade judiciária	___/___/___
Justificativa:	

DO ACESSO DO MAGISTRADO NAS FERRAMENTAS ELETRÔNICAS

O Magistrado possui senha de acesso ativa para as seguintes ferramentas eletrônicas?	Sim	Não	Inaplicável
Sistemas Hermes – Malote Digital			
Sistema de Automação Judicial Administrativo (SAJADM)			
Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores (RENAJUD)			
Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD)			
Informações ao Judiciário (INFOJUD)			



Sistema de cadastramento de Ofícios Requisitórios e Cálculos Judiciais de Precatórios (SAPRE)			
Coletor Estatístico Pai Presente (CEPP)			
Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU)			
Sistema de Informações Eleitorais (SIEL)			
Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor (PÓLIS)			
Sistema de Controle de Selos Judiciais (SELOJUD)			
Sistema de Buscas de Juizados Especiais (SBJE)			
Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI)			
SerasaJUD			
Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB)			
Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais (CRCJUD)			
Sistema Nacional de Gestão de Bens (SNGB)			
Serviço de Informação e Automação Previdenciário (PREVJUD)			
Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (SNIPER)			
Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC)			
Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS)			

PARTE II – APURAÇÃO DOS RESULTADOS

Responder as perguntas que se seguem 60 dias após o término dos trabalhos inspeccionais.

ANO	
------------	--

DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Comarca:	
Órgão Julgador:	
Gabinete:	
Competências:	

1	Quantidade de Processos Paralisados há mais de 100 dias	
2	Quantidade de Processos Conclusos	
3	Quantidade de Processos Julgados no ano	
4	Quantidade de Processos com Réu Preso	

5	Relacione os 10 processos mais antigos da unidade	
Nº do processo:		Data da distribuição:

6	Das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ	
----------	---	--



Taxa de Congestionamento	Percentual atingido	
Meta 01/CNJ	Percentual atingido	
Julgados/Casos Novos	Percentual atingido	
IAD	Percentual atingido	

Meta 02/CNJ	Total de processos	
-------------	--------------------	--

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

--



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Descomplicando **PJeCOR**

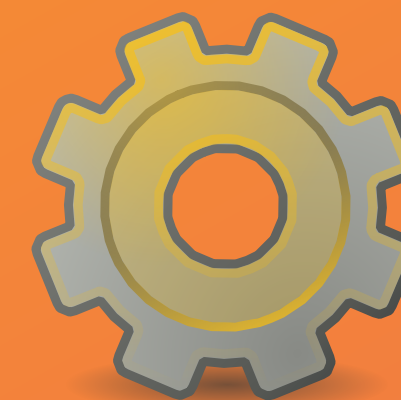
CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Guia rápido - Protocolando uma
autoinspeção



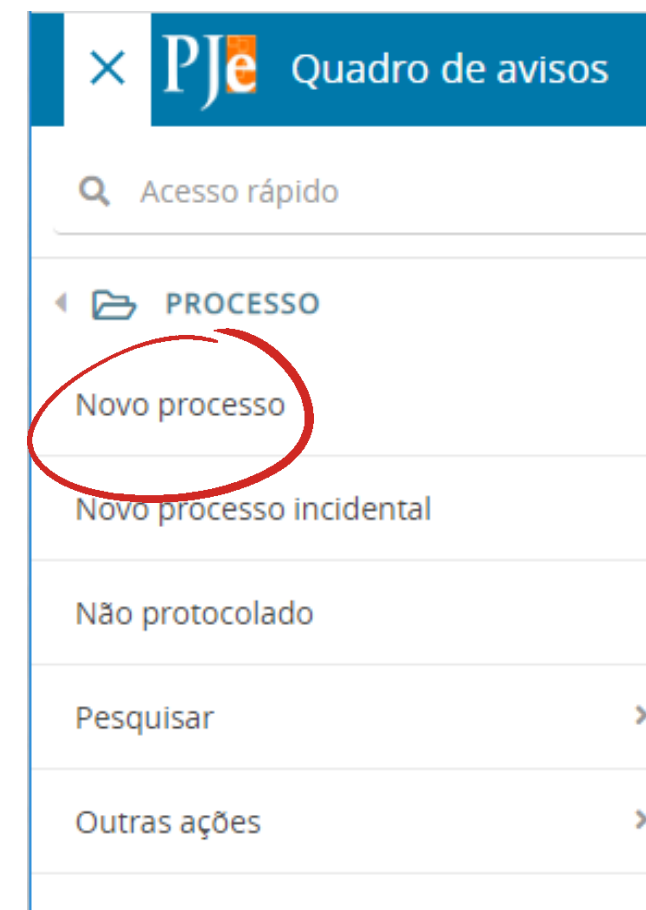
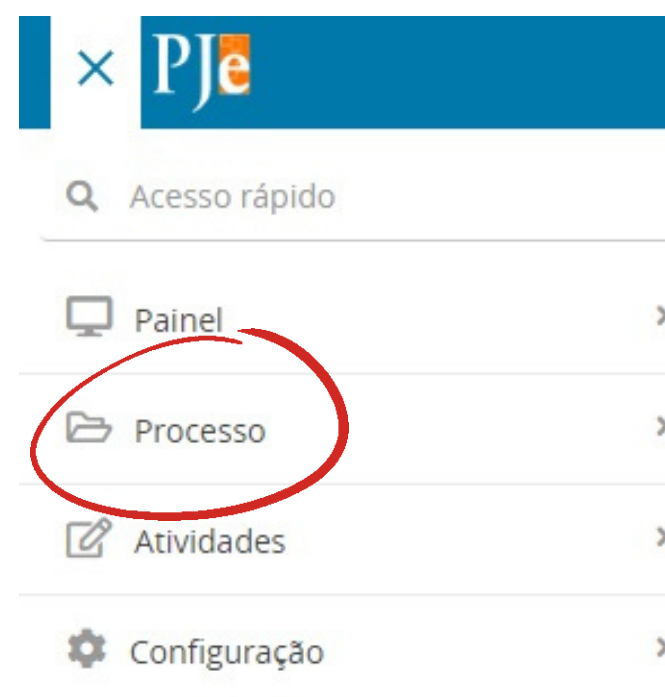


Protocolando uma AUTOINSPEÇÃO

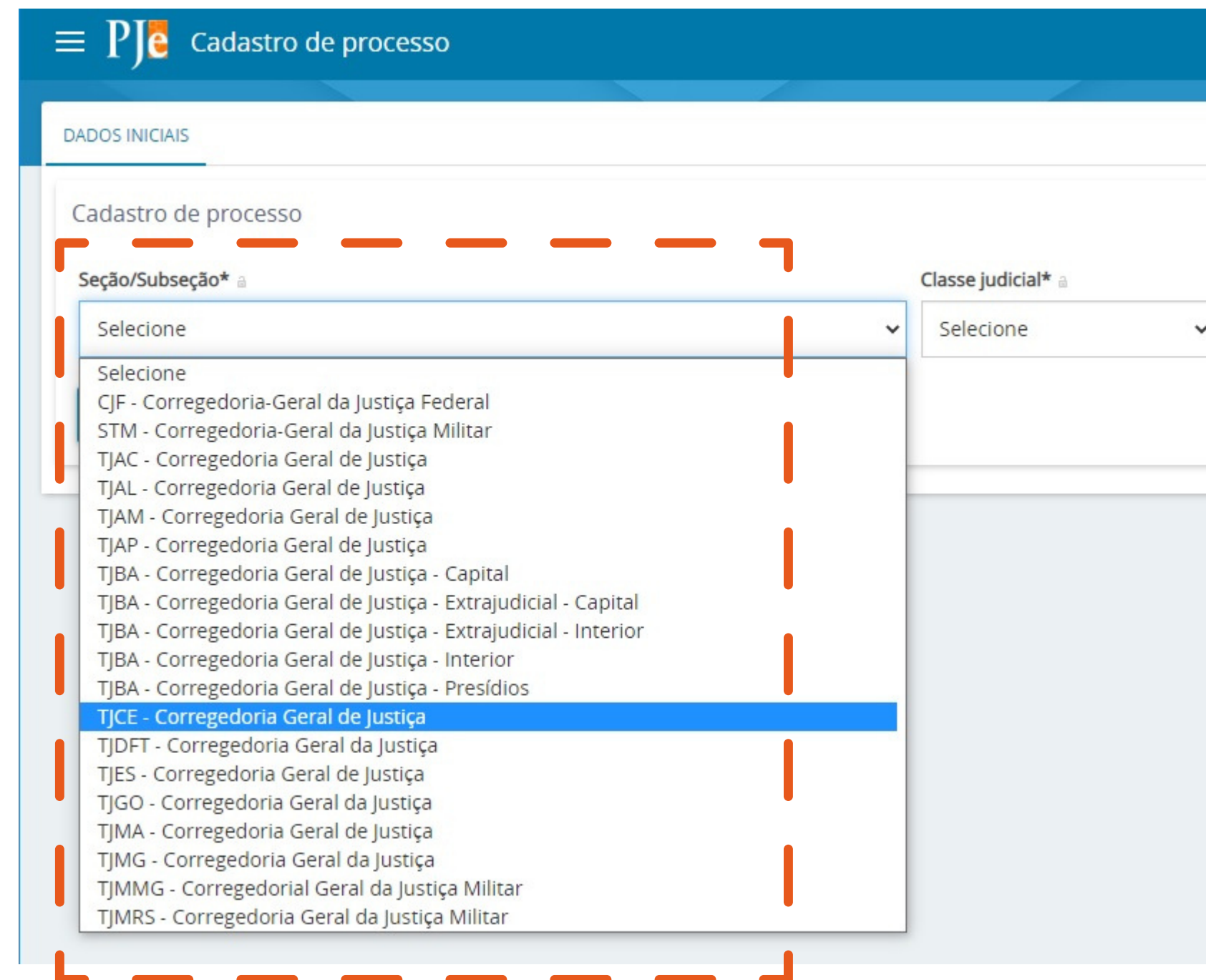


Vamos lá!

Passo 1 - Para protocolar um novo processo, você deverá abrir o menu e clicar em "Processo" e "Novo processo"



Passo 2 - Em "Seção/Subseção*" selecione "TJCE - Corregedoria Geral de Justiça"



The screenshot shows the 'Cadastro de processo' form in the PJe system. The 'Seção/Subseção*' dropdown menu is open, displaying a list of judicial sections. The option 'TJCE - Corregedoria Geral de Justiça' is highlighted in blue. To the right, the 'Classe judicial*' dropdown menu is also visible, with 'Selecione' selected. The form is titled 'DADOS INICIAIS' and 'Cadastro de processo'.

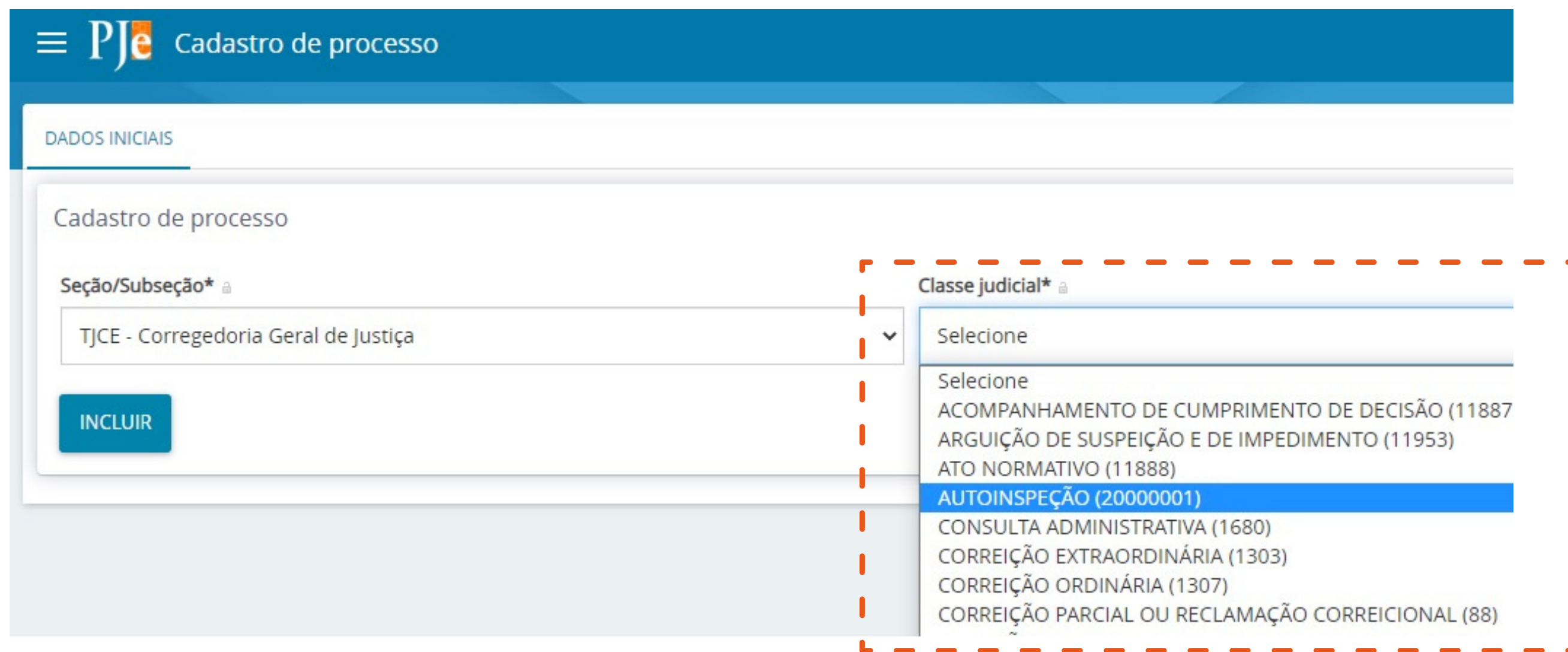
Selecione

- Selecione
- CJF - Corregedoria-Geral da Justiça Federal
- STM - Corregedoria-Geral da Justiça Militar
- TJAC - Corregedoria Geral de Justiça
- TJAL - Corregedoria Geral de Justiça
- TJAM - Corregedoria Geral de Justiça
- TJAP - Corregedoria Geral de Justiça
- TJBA - Corregedoria Geral de Justiça - Capital
- TJBA - Corregedoria Geral de Justiça - Extrajudicial - Capital
- TJBA - Corregedoria Geral de Justiça - Extrajudicial - Interior
- TJBA - Corregedoria Geral de Justiça - Interior
- TJBA - Corregedoria Geral de Justiça - Presídios
- TJCE - Corregedoria Geral de Justiça**
- TJDFT - Corregedoria Geral da Justiça
- TJES - Corregedoria Geral de Justiça
- TJGO - Corregedoria Geral da Justiça
- TJMA - Corregedoria Geral de Justiça
- TJMG - Corregedoria Geral da Justiça
- TJMMG - Corregedoria Geral da Justiça Militar
- TJMRS - Corregedoria Geral da Justiça Militar

Classe judicial*

Selecione

Passo 3 - Em "Classe judicial*" selecione "AUTOINSPEÇÃO (20000001)."



PJe Cadastro de processo

DADOS INICIAIS

Cadastro de processo

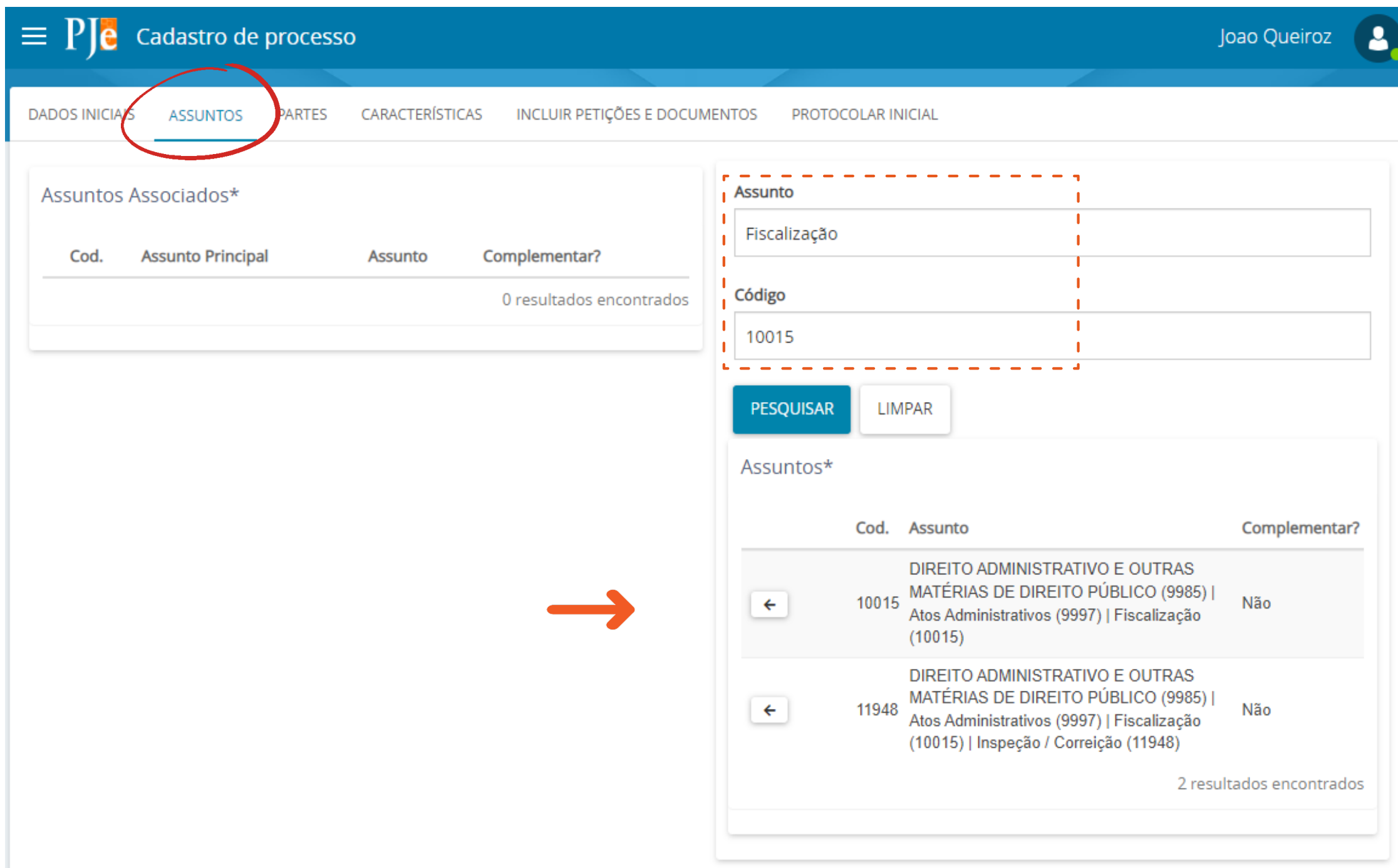
Seção/Subseção*

INCLUIR

Classe judicial*

- Selecione
- ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO (11887)
- ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E DE IMPEDIMENTO (11953)
- ATO NORMATIVO (11888)
- AUTOINSPEÇÃO (20000001)**
- CONSULTA ADMINISTRATIVA (1680)
- CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA (1303)
- CORREIÇÃO ORDINÁRIA (1307)
- CORREIÇÃO PARCIAL OU RECLAMAÇÃO CORREICIONAL (88)

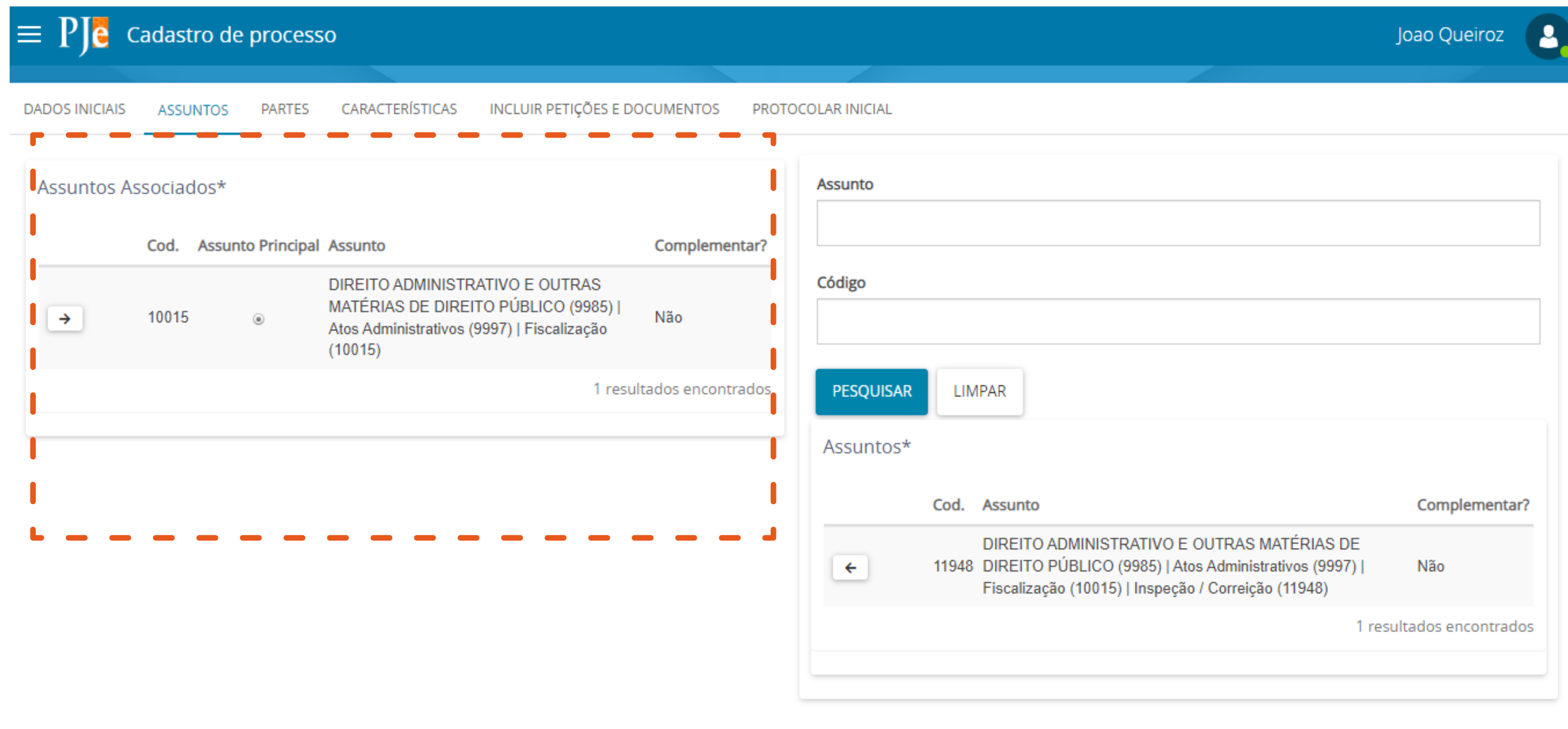
Passo 4 - Na aba "ASSUNTOS" digite "Fiscalização" em "Assunto" e insira "10015" no campo "Código". Selecione o assunto indicado ao lado:



The screenshot shows the 'Cadastro de processo' interface with the 'ASSUNTOS' tab selected. The 'Assunto' field contains 'Fiscalização' and the 'Código' field contains '10015'. A search is performed, resulting in two items in the 'Assuntos*' list.

Cod.	Assunto	Complementar?
10015	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) Atos Administrativos (9997) Fiscalização (10015)	Não
11948	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) Atos Administrativos (9997) Fiscalização (10015) Inspeção / Correição (11948)	Não

Após a seleção anterior, o assunto ficará salvo em "Assuntos Associados*"



PJe Cadastro de processo Joao Queiroz

DADOS INICIAIS **ASSUNTOS** PARTES CARACTERÍSTICAS INCLUIR PETIÇÕES E DOCUMENTOS PROTOCOLAR INICIAL

Assuntos Associados*

Cod.	Assunto Principal	Assunto	Complementar?
→ 10015		DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) Atos Administrativos (9997) Fiscalização (10015)	Não

1 resultados encontrados

Assunto
Código

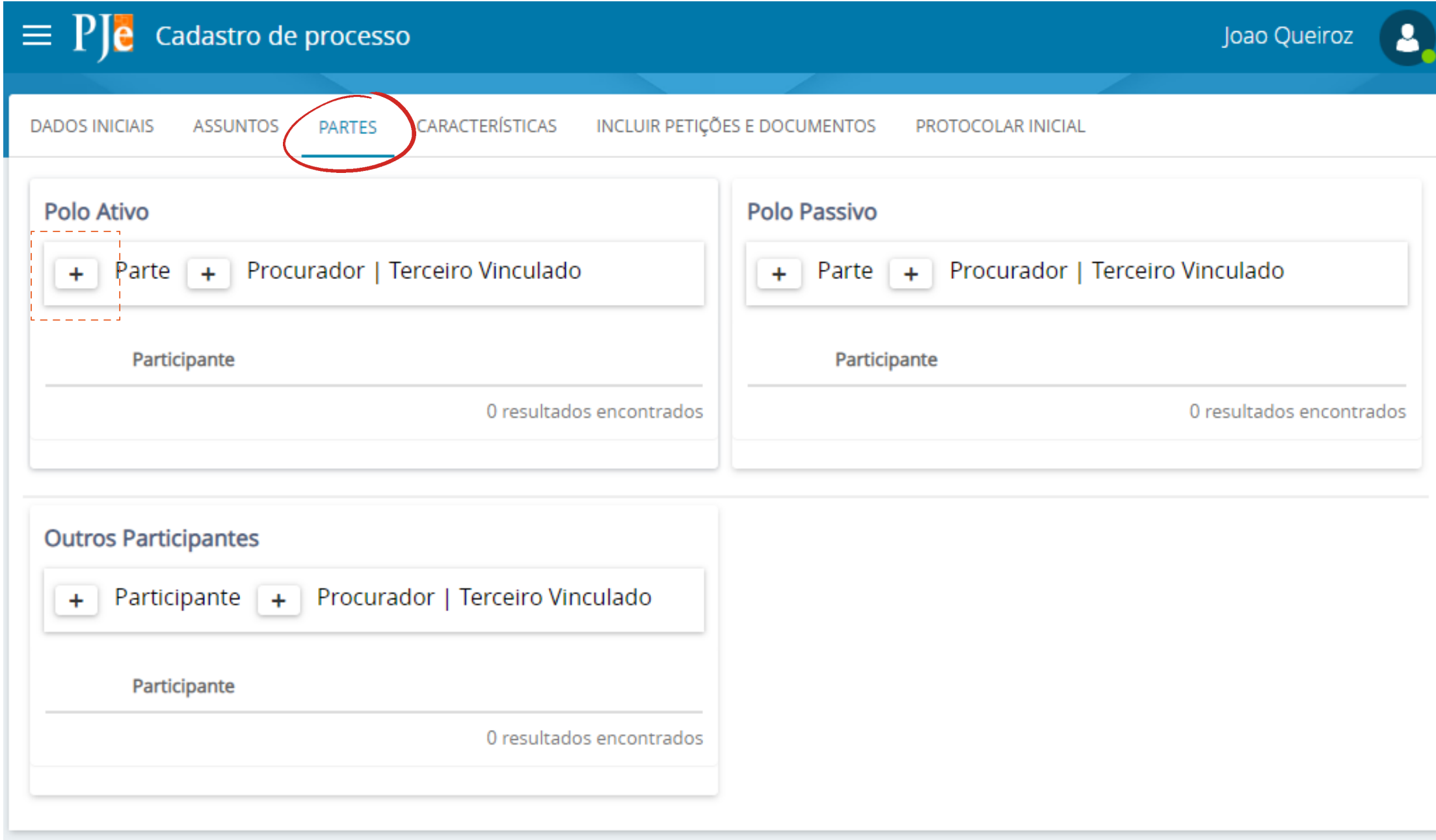
PESQUISAR LIMPAR

Assuntos*

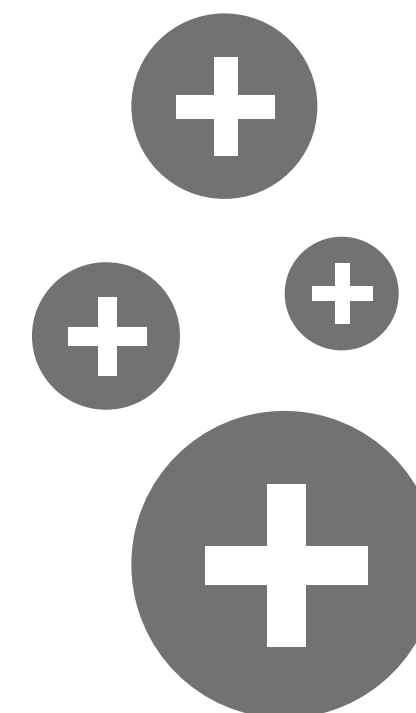
Cod.	Assunto	Complementar?
← 11948	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985) Atos Administrativos (9997) Fiscalização (10015) Inspeção / Correição (11948)	Não

1 resultados encontrados

Passo 5 - Na aba "PARTES" insira primeiro o "Polo Ativo" clicando no ícone "+" (Adicionar parte) destacado abaixo

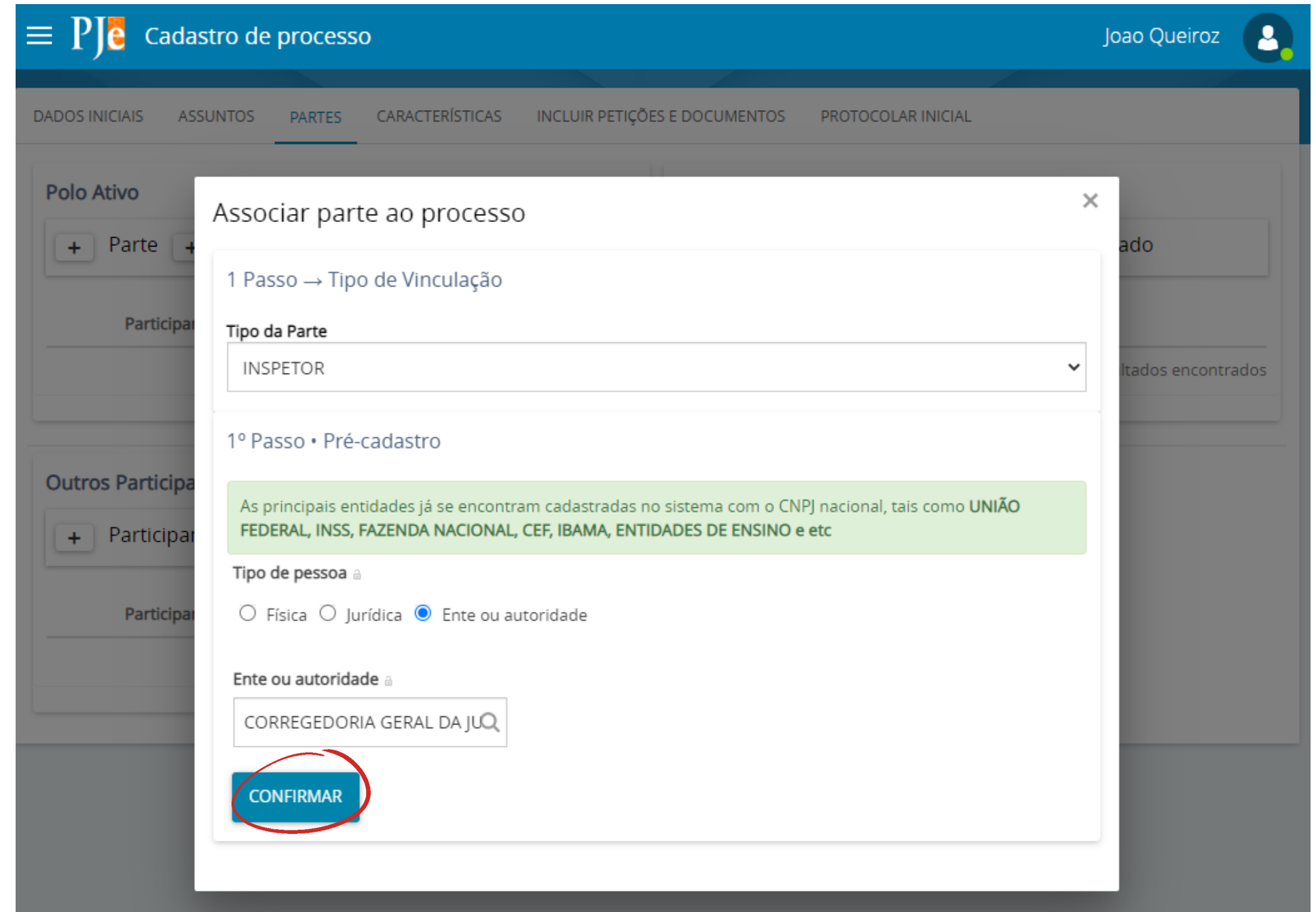


The screenshot displays the 'Cadastro de processo' interface in the PJe system. The 'PARTES' tab is highlighted with a red circle. An orange arrow points to the '+' icon in the 'Polo Ativo' section. The interface shows three sections: 'Polo Ativo', 'Polo Passivo', and 'Outros Participantes', each with a search bar and a '0 resultados encontrados' message.



1º Passo - Tipo de vinculação

- a) Em "Tipo da Parte" selecione "INSPETOR";
- b) Em "Tipo de pessoa" selecione "Ente ou autoridade" e,
- c) No campo "Ente ou autoridade" digite "CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - CGJCE" e clique em "CONFIRMAR"



PJe Cadastro de processo

Joao Queiroz

DADOS INICIAIS ASSUNTOS PARTES CARACTERÍSTICAS INCLUIR PETIÇÕES E DOCUMENTOS PROTOCOLAR INICIAL

Polo Ativo

+ Parte +

Participa

Partidos encontrados

Outros Participa

+ Participa

Participa

Associar parte ao processo

1 Passo → Tipo de Vinculação

Tipo da Parte

INSPETOR

1º Passo • Pré-cadastro

As principais entidades já se encontram cadastradas no sistema com o CNPJ nacional, tais como UNIÃO FEDERAL, INSS, FAZENDA NACIONAL, CEF, IBAMA, ENTIDADES DE ENSINO e etc

Tipo de pessoa

Física Jurídica Ente ou autoridade

Ente ou autoridade

CORREGEDORIA GERAL DA JUQ

CONFIRMAR

2º Passo - Complementação do cadastro

2º Passo • Complementação do cadastro

Tipo da Parte
INSPETOR

INFORMAÇÕES PESSOAIS **ENDEREÇOS**

ADICIONAR ENDEREÇO PESQUISAR ENDEREÇO

CEP (99999-999)* Estado Cidade

Bairro* Logradouro* Número

Complemento Endereço apenas para correspondência?

INCLUIR

Endereços - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - CGJCE

Usar no processo	CEP	Logradouro	Bairro	Número	Complemento
<input checked="" type="radio"/>	60822-325	Avenida General Afonso Albuquerque Lima	Cambeba	S/N	



1. Entre na aba "ENDEREÇOS" e selecione o endereço da CGJCE.

Endereços - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - CGJCE

Usar no processo	CEP	Logradouro	Bairro	Número	Complemento
<input checked="" type="radio"/>	60822-325	Avenida General Afonso Albuquerque Lima	Cambeba	S/N	
<input type="radio"/>	60822-325	Avenida General Afonso Albuquerque Lima	Cambeba	S/N	
<input type="radio"/>	60822-325	Avenida General Afonso Albuquerque Lima	Cambeba	s/n	
<input type="radio"/>	60822-325	Avenida General Afonso Albuquerque Lima	Cambeba	S/N	
<input type="radio"/>	60822-325	Avenida General Afonso Albuquerque Lima	Cambeba		

1 2 1 página

6 resultados encontrados

VINCULAR PARTE AO PROCESSO CANCELAR

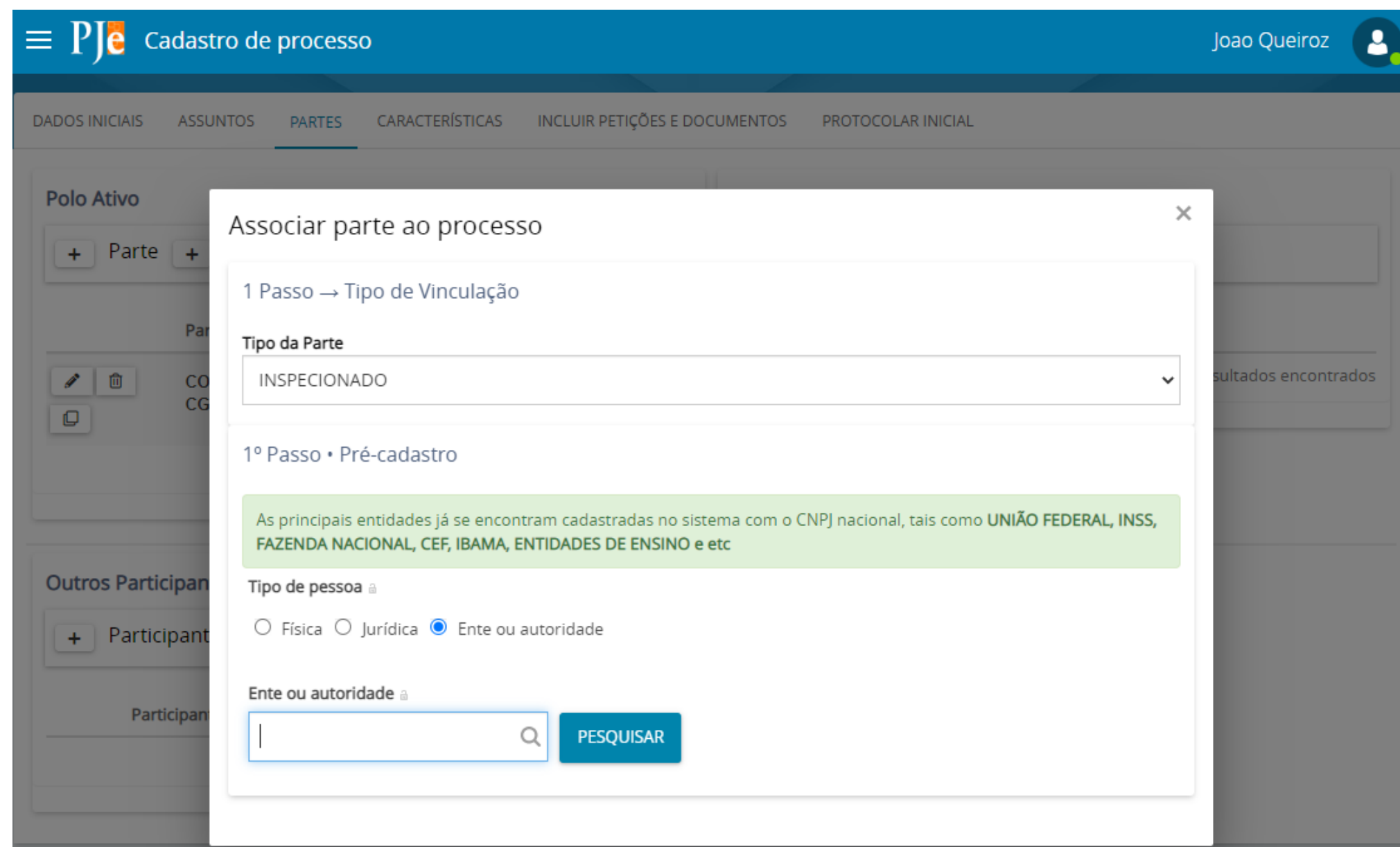
2. Clique em "VINCULAR PARTE AO PROCESSO"

ATENÇÃO!

O procedimento para incluir o "Polo Passivo" é semelhante ao executado na inclusão do "Polo Ativo"

1º Passo - Tipo de vinculação

- a) Em "Tipo da Parte" selecione "INSPECIONADO"
- b) Em "Tipo de pessoa" selecione "Ente ou autoridade" e,
- c) No campo "Ente ou autoridade" digite a **Unidade Jurisdicional inspecionada.**



Associar parte ao processo

1 Passo → Tipo de Vinculação

Tipo da Parte

INSPECIONADO

1º Passo • Pré-cadastro

As principais entidades já se encontram cadastradas no sistema com o CNPJ nacional, tais como **UNIÃO FEDERAL, INSS, FAZENDA NACIONAL, CEF, IBAMA, ENTIDADES DE ENSINO e etc**

Tipo de pessoa

Física Jurídica Ente ou autoridade

Ente ou autoridade

PESQUISAR

2º Passo - Complementação do cadastro

2º Passo • Complementação do cadastro

Tipo da Parte
INSPECIONADO

INFORMAÇÕES PESSOAIS **ENDEREÇOS**

ADICIONAR ENDEREÇO PESQUISAR ENDEREÇO

CEP (99999-999)* Estado Cidade

Bairro* Logradouro* Número

Complemento Endereço apenas para correspondência?

INCLUIR

Endereços VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - TJCE

Usar no processo	CEP	Logradouro	Bairro	Número	Complemento
<input type="checkbox"/>	60811-	Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães	Edson Queiroz	220	

Endereços VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - TJCE

Usar no processo	CEP	Logradouro	Bairro	Número	Complemento
<input checked="" type="checkbox"/>	60811-	Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães	Edson Queiroz	220	

1 resultados encontrados

Procuradoria
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - TJCE

VINCULAR PARTE AO PROCESSO CANCELAR

1. Clique em "ENDEREÇOS" e selecione o endereço da unidade.

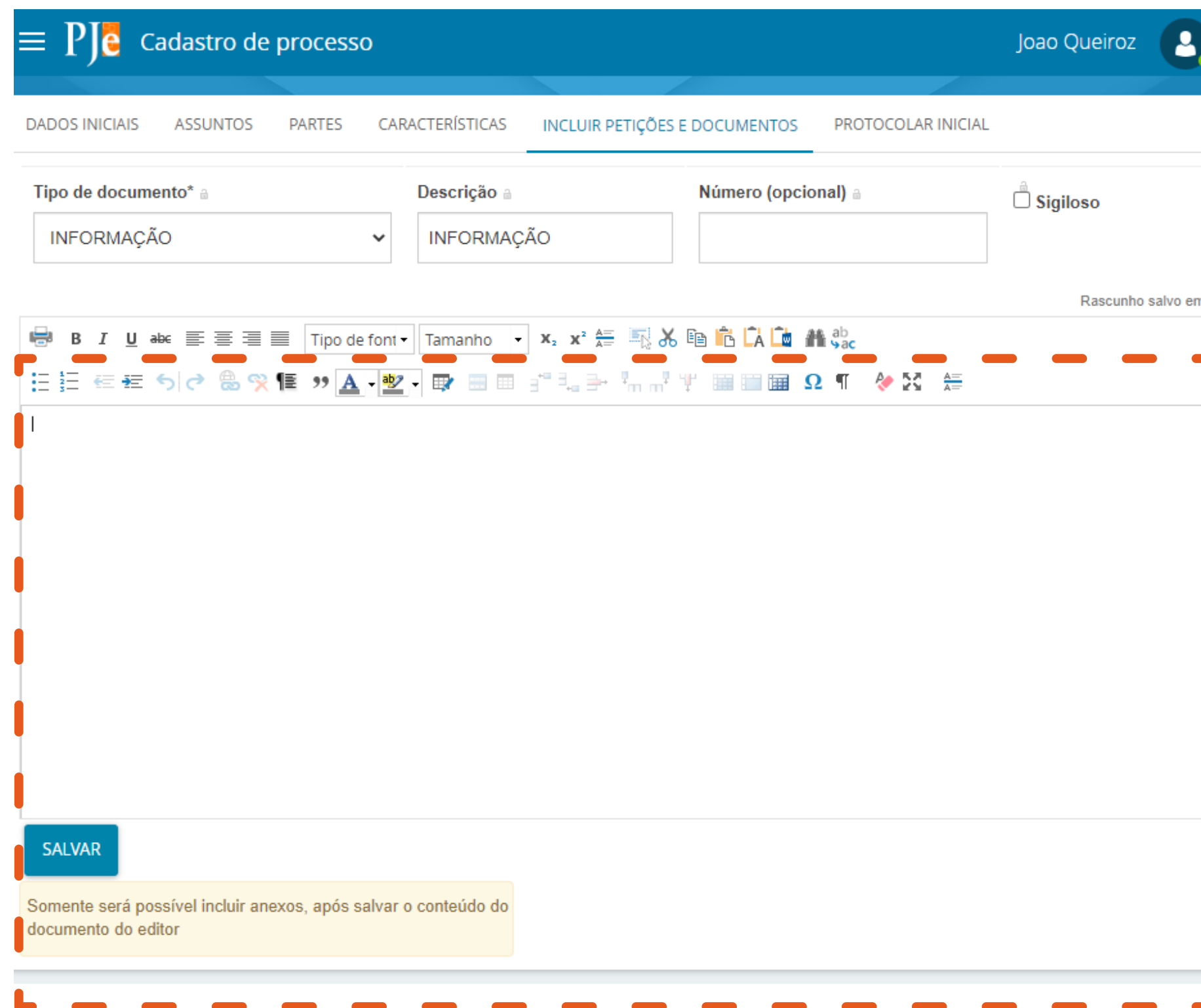
2. Clique em "VINCULAR PARTE AO PROCESSO"


Passo 6 - Na aba "INCLUIR PETIÇÕES E DOCUMENTOS" deverá ser inserido o Relatório de Inspeção com os documentos correspondentes.

Em "Tipo de documento*" é possível selecionar o tipo de documento a ser inserido.

Após, introduza o texto do documento ou uma breve descrição do que será anexado no editor de texto.

Também é possível formatar o texto através do editor e/ou colar um texto de um documento do Microsoft - Word/LibreOffice Writer. Ao final, clique em "SALVAR"



☰ PJe Cadastro de processo Joao Queiroz 

DADOS INICIAIS ASSUNTOS PARTES CARACTERÍSTICAS **INCLUIR PETIÇÕES E DOCUMENTOS** PROTOCOLAR INICIAL

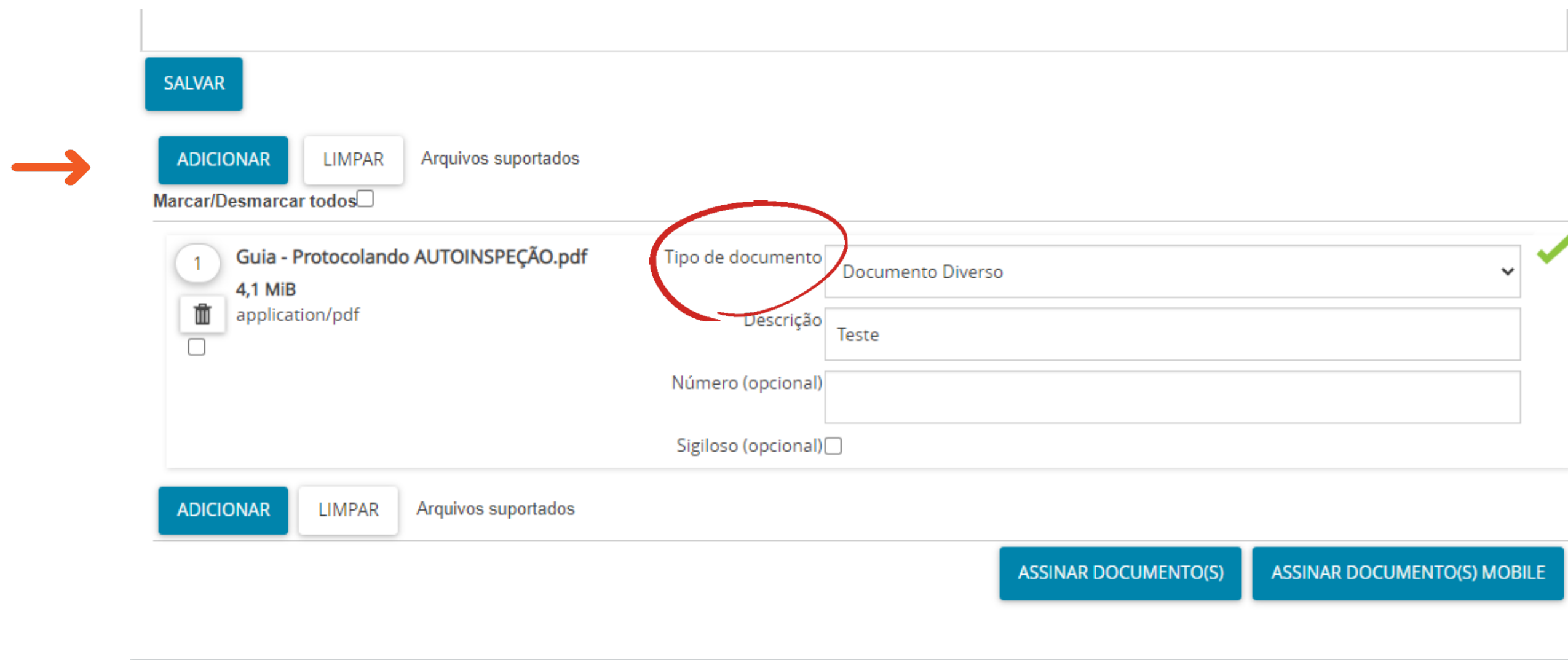
Tipo de documento* Descrição Número (opcional) Sigiloso

Rascunho salvo em

SALVAR

Somente será possível incluir anexos, após salvar o conteúdo do documento do editor

Passo 7 - Após salvar o documento, é possível incluir documentos adicionais, tais como: áudio, imagem, PDF e vídeo.



SALVAR

ADICIONAR LIMPAR Arquivos suportados

Marcar/Desmarcar todos

1	Guia - Protocolando AUTOINSPEÇÃO.pdf	Tipo de documento	Documento Diverso	✓
	4,1 MiB	Descrição	Teste	
	application/pdf	Número (opcional)		
<input type="checkbox"/>		Sigiloso (opcional)	<input type="checkbox"/>	

ADICIONAR LIMPAR Arquivos suportados

ASSINAR DOCUMENTO(S) ASSINAR DOCUMENTO(S) MOBILE

Os limites de tamanho são: 10MG para áudio (mpeg e ogg) e PDF, 3MG para imagem (png) e 30MG para vídeo (ogg, mp4 e quicktime)

Clique em "ADICIONAR" e inclua o documento desejado.

Após inserir, classifique o documento informando o "Tipo de documento" e clique em "ASSINAR DOCUMENTOS"

Passo 8 - Na aba "PROTOCOLAR INICIAL" selecione "CORREIÇÃO" como competência e clique em "PROTOCOLAR"



PJe Cadastro de processo Joao Queiroz

DADOS INICIAIS ASSUNTOS PARTES CARACTERÍSTICAS INCLUIR PETIÇÕES E DOCUMENTOS **PROTOCOLAR INICIAL**

ⓘ Há mais de uma competência possível na jurisdição referente à classe, assuntos ou partes selecionadas, selecione uma:

Correição

Dados do processo

Número do processo	Órgão julgador	Data da distribuição
Jurisdição	Classe	Valor da causa
TJCE - Corregedoria Geral de Justiça	AUTOINSPEÇÃO (20000001)	0,00









Detalhes do processo

Assuntos Fiscalização (10015)	Polo ativo CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - CGJCE (INSPETOR)	Polo passivo VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - TJCE (INSPECIONADO) VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - TJCE
Segredo de Justiça? NÃO	Justiça gratuita? NÃO	Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Documentos

ID a partir de Até

PESQUISAR LIMPAR

Id	Id na origem	Número	Origem	Juntado em	Juntado por	Documento	Tipo	Anexos	Certidão
2495384		2º Grau				- Servidor Geral	INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO	   
2495452		2º Grau				: - Servidor Geral	Teste	Documento Diverso	   

2 resultados encontrados

PROTOCOLAR



Após o protocolo, os autos já estarão automaticamente localizados na Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA